REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

DESENVOLVIMENTISMO E PRODUÇÃO DA MEMÓRIA: NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA EM 1977

DEVELOPMENTALISM AND THE PRODUCTION OF MEMORY: MEDIA NARRATIVES ABOUT THE VALE DO JEQUITINHONHA IN 1977

DESARROLLISMO Y PRODUCCIÓN DE LA MEMORIA: NARRATIVAS MEDIÁTICAS SOBRE EL VALE DO JEQUITINHONHA EN 1977

Lívia Rodrigues Canabrava

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS – UESB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

E-mail: liviacanabrava@gmail.com

José Alves Dias

Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS – UESB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

E-mail: jose.dias@uesb.edu.br

Resumo

Este artigo investiga a participação da imprensa na produção, preservação e circulação de registros que podem integrar a memória social sobre os conflitos fundiários e as transformações territoriais no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, durante a década de 1970. A análise situa-se no contexto das políticas desenvolvimentistas da ditadura militar, especialmente no governo Ernesto Geisel (1974–1979), e toma como fonte fragmentos da série de reportagens de Ricardo Kotscho, publicada em O Estado de S. Paulo em 1977. O recorte empírico concentra-se na edição de 28 de agosto, páginas 28 e 29, e nos relatos atribuídos a Valdemar Souza Santos, Afonso Arinos de Campos Gandra e Manoel Teixeira dos Santos. Por meio de pesquisa histórica e documental, examinam-se as condições de produção da fonte, os sujeitos e experiências registrados e os limites da mediação jornalística. Em diálogo com Le Goff, Halbwachs, Nora, e Viana, argumenta-se que a reportagem documenta conflitos relacionados ao reflorestamento e à mineração, preserva expectativas e frustrações diante do desenvolvimento e torna públicas memórias socialmente situadas.[1]

[1]Este artigo integra a pesquisa de doutorado intitulada *"Terras de Ninguém": Memórias dos Conflitos Sociais e das Lutas Camponesas pela Posse de Terras no Vale do Jequitinhonha*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, Bahia.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha**;** memória social; desenvolvimentismo; conflitos sociais; narrativa jornalística.

Abstract

This article examines the role of the press in producing, preserving, and circulating records that may become part of the social memory of land conflicts and territorial transformations in the Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, during the 1970s. Set against developmentalist policies under Brazil's military dictatorship, especially the Ernesto Geisel administration (1974–1979), the study draws on excerpts from Ricardo Kotscho's 1977 series in O Estado de S. Paulo. Its documentary corpus consists of pages 28–29 of the August 28 issue and accounts attributed to Valdemar Souza Santos, Afonso Arinos de Campos Gandra, and Manoel Teixeira dos Santos. Using historical documentary analysis, the article considers the source's production, the experiences made visible, and the limits of journalistic mediation. In dialogue with scholarship on documents and social memory, it argues that the report records disputes associated with forestry and mining, preserves expectations and disappointments regarding development, and publicly circulates socially situated recollections.

Keywords: Vale do Jequitinhonha; social memory; developmentalism; social conflicts; journalistic narrative.

Resumen

Este artículo examina la participación de la prensa en la producción, preservación y circulación de registros que pueden integrar la memoria social sobre los conflictos por la tierra y las transformaciones territoriales en el Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, durante la década de 1970. La investigación se sitúa en el contexto de las políticas desarrollistas de la dictadura militar brasileña y utiliza fragmentos de la serie de reportajes de Ricardo Kotscho publicada en O Estado de S. Paulo en 1977. El corpus se concentra en la edición del 28 de agosto, páginas 28 y 29, y en los testimonios atribuidos a Valdemar Souza Santos, Afonso Arinos de Campos Gandra y Manoel Teixeira dos Santos. Mediante un análisis histórico-documental, se estudian las condiciones de producción de la fuente, las experiencias registradas y los límites de la mediación periodística. Se sostiene que el reportaje documenta conflictos relacionados con la reforestación y la minería, conserva expectativas y frustraciones ante el desarrollo y hace circular públicamente recuerdos socialmente situados.

Palabras clave: Vale do Jequitinhonha; memoria social; desarrollismo; conflictos sociales; narrativa periodística.

1. Introdução

O jornal O Estado de S. Paulo publicou, de 28/08/1977 a 04/09/1977, de autoria do jornalista Ricardo Kotscho, uma série de reportagens intituladas *O Progresso Chegando ao Vale da Fome*, que, entre outras temáticas de cunho social, político, econômico e cultural, abordou os impactos do reflorestamento com eucalipto e da mineração em terras consideradas devolutas pelo Estado no Vale do Jequitinhonha – MG. Trata-se de um período em que a região foi profundamente impactada pelo projeto desenvolvimentista, representado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

Nessa região, assim como em outras do Brasil, o projeto de desenvolvimento regional implementado se caracterizou pela utilização dos abundantes recursos naturais, pela exclusão da população local dos grandes investimentos, o que aprofundou a concentração de renda e poder nas mãos de elites agrárias, repetindo um padrão de modernização excludente. Essa exclusão dos pequenos agricultores e posseiros, que dependiam de políticas públicas, deixou evidente as contradições do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e dos Planos Estaduais. Por um lado, havia o discurso do progresso regional e por outro, as políticas adotadas reforçaram a estrutura desigual da distribuição de terra e riqueza no Brasil.

Segundo Clebson Souza de Almeida (2018), durante a Ditadura Militar, o crescimento econômico era a principal estratégia de desenvolvimento. Por isso, o governo incentivou um alto padrão de consumo, favorecendo indústrias produtoras de bens duráveis e suas fornecedoras de matéria-prima, com destaque para a siderurgia. Nesse contexto, o Plano Siderúrgico Nacional destinou investimentos estatais para potencializar o setor da silvicultura. Na visão do autor, uma vez que a terra estava sob o controle do Estado, coube ao mesmo decidir sobre seu destino. Assim, na intenção de disponibilizar grande parte dessas áreas para empresas de eucalipto, o governo optou por criar os Distritos Florestais, sendo um deles no Vale do Jequitinhonha.

Esses distritos são áreas economicamente estabelecidas para a produção florestal, com fins principalmente industriais, constituídas por terras que foram consideradas devolutas. Historicamente, o termo t*erras devolutas* passou a designar terras cujo domínio privado não foi legitimamente constituído ou reconhecido, permanecendo sob o domínio do Estado

Nesse contexto, compreendemos que os estudos situados no campo da memória tornam-se instrumentos fundamentais para a análise dos conflitos sociais no Vale do Jequitinhonha, ao enfatizar as dinâmicas histórico-sociais que moldaram a região, seja por meio da recordação dos sujeitos sociais que vivenciaram o período e foram diretamente impactados por eles ou mediante o processo de rememoração pelos que não vivenciaram o processo, mas

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

internalizaram a partir das narrativas que foram produzidas, principalmente a partir dos meios de comunicação.

Assim, a imprensa constitui uma fonte relevante para a investigação da memória social, uma vez que os jornais não apenas registram acontecimentos, mas também selecionam e organizam informações, atribuem visibilidade a determinados sujeitos e acontecimentos e participam da construção de representações sobre o passado. As narrativas jornalísticas, portanto, devem ser compreendidas em suas condições históricas de produção, considerando-se os sentidos atribuídos aos fatos, os sujeitos privilegiados e aqueles cujas experiências são silenciadas ou marginalizadas.

Em diálogo com as reflexões de Nora (1993) sobre os lugares de memória, os jornais podem ser investigados tanto como registros de representações produzidas no contexto dos acontecimentos quanto como suportes documentais mobilizados posteriormente na elaboração de interpretações históricas. Sua preservação e retomada no presente possibilitam examinar os processos pelos quais determinados acontecimentos são lembrados, interpretados e ressignificados, bem como as disputas em torno dos sentidos atribuídos ao passado.

Partindo dessa premissa, este artigo tem como objetivo analisar fragmentos da série de reportagens publicada em 1977 pelo jornal O Estado de S. Paulo, selecionados da reportagem publicada na edição de 28 de agosto de 1977 (páginas 28 e 29), com o intuito de compreender de que forma essa cobertura contribui para a construção narrativa de uma memória social sobre o Vale do Jequitinhonha na década de 1970. Por meio dele, é possível seguir os "*rastros"* de uma sociedade em transformação e refletir sobre o que revelam as narrativas jornalísticas desse período a respeito da região.

Por outro lado, conforme destaca José D'Assunção Barros (2023), a imprensa durante a ditadura militar não foi apenas um canal de comunicação, mas uma força política ativa, com papel decisivo na condução dos rumos do país. O regime interferiu diretamente na produção jornalística, perseguindo periódicos independentes e pressionando os grandes veículos.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

A repressão e a cooptação da mídia foram marcas centrais dos 21 anos de ditadura, tornando indispensável uma leitura crítica dos jornais que, em maior ou menor grau, ofereceram apoio ao regime. No caso de O Estado de S. Paulo, a trajetória editorial em relação a ditadura no Brasil foi marcada por contradições. Tendo apoiado inicialmente a ruptura institucional de 1964, o jornal passou a adotar posições críticas ao governo no decorrer da década de 1970, chegando a sofrer censura entre 1972 e 1975.

Em 1977, momento de publicação da série analisada, o veículo articulava denúncias sociais com posturas editoriais críticas ao modelo desenvolvimentista. Assim, assumindo a premissa de Le Goff (1990) ao afirmar que "nenhum documento é neutro", ele é sempre o resultado de uma montagem consciente ou não, dos interesses, valores e visões de mundo de seu tempo e da sociedade que o produziu.

1. Metodologia.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo histórico e documental, de abordagem qualitativa, orientado pela análise crítica da imprensa como fonte para a investigação das relações entre memória, território e conflitos sociais no Vale do Jequitinhonha, no contexto da Ditadura Militar brasileira.

Partimos da compreensão de que o jornal é um documento historicamente situado, produzido segundo condições específicas de elaboração, circulação e recepção, atravessado por interesses editoriais, disputas políticas e processos de seleção e atribuição de sentidos aos acontecimentos. Nessa perspectiva, a imprensa é compreendida tanto como fonte para a investigação histórica quanto como agente participante da construção e da circulação de representações sociais sobre o passado.

O objetivo central consiste em investigar como a cobertura jornalística de Ricardo Kotscho, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1977, participou da seleção, mediação e construção de uma memória social sobre as transformações fundiárias no Vale do Jequitinhonha, considerando as tensões entre os discursos de modernização econômica e as experiências sociais relacionadas à apropriação,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

à expropriação e ao uso da terra. Considerando que a pesquisa está em andamento e integra um projeto mais amplo de análise do conjunto das matérias, este artigo delimita seu recorte empírico a fragmentos da publicação de 28 de agosto de 1977, localizados nas páginas 28 e 29 e consultados no acervo digital do periódico. A delimitação não implica a desconsideração da série em sua totalidade, mas estabelece um recorte analítico inicial, a ser ampliado no desenvolvimento da pesquisa.

No recorte documental deste artigo, a análise concentra-se nos depoimentos atribuídos a Valdemar Souza Santos, Afonso Arinos de Campos Gandra e Manoel Teixeira dos Santos. A seleção desses relatos fundamenta-se na possibilidade de examinar diferentes posições sociais e dimensões dos conflitos territoriais representados pela reportagem incluindo: as tensões entre mineração e reflorestamento; as disputas envolvendo a pequena propriedade e as denúncias de usurpação das terras, associadas à desinformação sobre os direitos fundiários; bem como as formas de mediação jurídica no âmbito local. Os depoimentos são, portanto, tratados como elementos de uma narrativa jornalística, e não como manifestações isoladas ou representativas de toda a população do Vale do Jequitinhonha. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa articula dois eixos principais: a análise documental e os estudos da memória.

A discussão sobre memória fundamenta-se nas contribuições de Maurice Halbwachs (2024), para quem as lembranças são constituídas em quadros sociais, e também são mobilizadas as considerações de Pierre Nora (1993) sobre os lugares de memória, especialmente para problematizar os suportes e as práticas por meio dos quais determinadas representações do passado são preservadas, difundidas e ressignificadas.

A memória social é analisada a partir da perspectiva de Nildo Viana. Conforme o autor, em *Memória e Sociedade: A Luta pela Rememoração* (2020, p. 66), o conceito de memória social diferencia-se da memória coletiva por abarcar a totalidade de uma formação cultural e histórica, em vez de restringir-se a grupos específicos dentro do tecido social. Essa memória reside no patrimônio acumulado pela sociedade, expressando-se tanto na dimensão intelectual (lembranças

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

explícitas, como obras teóricas, científicas, artísticas e saberes do cotidiano que registraram deliberadamente ideias e narrativas) quanto na dimensão material (registros involuntários, como edifícios, ferramentas e tecnologias que, mesmo sem a intenção direta de narrar a história, preservam os modos de vida e as relações de produção de sua época). Desta forma, ao constituir uma "consciência social latente", a memória social permanece disponível para ser reativada no presente, servindo como instrumento fundamental para a reconstrução histórica e a tomada de consciência sobre os processos sociais

Nessa abordagem, os depoimentos publicados não são tratados como entrevistas de História Oral, mas como falas mediadas pela prática jornalística. Embora possam preservar elementos das experiências e interpretações dos sujeitos mencionados, chegaram ao público por meio de processos de seleção, edição, contextualização e enquadramento cuja extensão nem sempre é possível reconstituir. Por essa razão, a análise não toma as declarações como transcrições dos relatos originais. Investiga-se, antes, como essas falas foram incorporadas à reportagem, quais sentidos lhes foram atribuídos.

Por fim, os fragmentos foram interpretados à luz do contexto histórico-sociais de produção da reportagem. A análise buscou observar quais experiências são enfatizadas, como os conflitos são nomeados, que argumentos legitimam ou contestam as transformações territoriais e quais tensões se estabelecem entre a modernização e os relatos sobre a realidade local.

2. O Vale, o jornal e a memória.

A bacia do Jequitinhonha foi ocupada, durante séculos, por diferentes populações indígenas, cuja presença está relacionada à própria história de formação e ocupação desse território. Inclusive, a origem do nome Jequitinhonha estaria associada a uma prática de pesca atribuída aos indígenas Botocudos (Guerrero 2009, p. 81).

A ocupação territorial da região pelos portugueses remonta ao início do século XVIII, devido à exploração do ouro e nos fins da década de 1720 diamantes foram encontrados no arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina. A descoberta de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

diamantes nessa região atraiu enormes contingentes populacionais, sendo responsável pela sustentação da economia local.

Em contrapartida, o crescimento populacional gerou o aumento da demanda por produtos para abastecimento, o que impulsionou a ocupação do Médio Jequitinhonha vinculado a pecuária e a agricultura de subsistência, expandindo-se para o Baixo Jequitinhonha na segunda metade do século XIX. Devido ao crescimento econômico estimulado pela exploração de diamantes, a região de Diamantina possuía uma posição estratégica na economia do Império português, similarmente a Ouro Preto e Rio de Janeiro. Em virtude disso, outros núcleos urbanos a exemplo de Araçuaí, tornaram-se entreposto comercial, estabelecendo ligações com várias cidades do Vale e do Sul da Bahia (Furtado, 2008; Martins e Pereira, 2020).

Constatamos divergências significativas quanto à quantidade de municípios que integram a região. Um site associado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)[2] aponta a existência de 55 municípios, Balbino (2021) 53, Fundação João Pinheiro (2017) 59, Nascimento (2009) 80; a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)[3], por sua vez, publicou uma lista com 54 municípios.

As divergências quantitativas apresentadas por diferentes pesquisadores estão, em grande medida, relacionadas aos distintos recortes espaciais adotados como referência para a delimitação do território. Enquanto alguns estudos tomam como ponto de partida a Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, outros adotam o recorte territorial estabelecido na década de 1960 pela Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale). Para além dessas diferenças de delimitação espacial, as pesquisas também consideram, em suas

[2]HENRIQUES, Márcio Simeone. Sobre o Vale do Jequitinhonha. Polo Jequitinhonha, UFMG, [s.d.]. Disponível em: https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha/. Acesso em: 02 set. 2026.

[3]UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Lista de cidades do Vale do Jequitinhonha. Diamantina: UFVJM, [s.d.]. Disponível em: https://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/1612-lista-cidades-jequitinhonha.html. Acesso em: 02 set. 2026.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

análises, as características socioeconômicas, políticas, históricas e culturais que constituem e atribuem especificidade ao território do Vale do Jequitinhonha.

As inconsistências dialogam com as reflexões desenvolvidas por Mateus de Moraes Servilha (2015), que compreende a região como uma construção socioespacial historicamente produzida, resultante das relações de poder, dos interesses políticos e econômicos e das representações elaboradas por diferentes sujeitos sociais. Nessa perspectiva, o autor problematiza o processo de constituição do Vale do Jequitinhonha enquanto região geográfica, destacando o papel desempenhado pelo Estado na institucionalização dessa identidade regional, especialmente a partir da criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), em 1964.

Sua análise destaca a necessidade de desnaturalizar a concepção de região como uma realidade geográfica previamente estabelecida, uma vez que a delimitação do Vale não corresponde exclusivamente aos limites físicos de sua bacia hidrográfica, mas resulta de um processo de construção política e ideológica intensificado entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto, a produção de discursos que associavam o Vale do Jequitinhonha à pobreza, ao atraso econômico e à condição de região-problema contribuiu para legitimar a intervenção estatal e a implementação de políticas desenvolvimentistas. Assim, a regionalização não se restringiu a uma operação técnico-administrativa, constituindo também um instrumento de produção de representações sobre o território e sua população.

Essas representações, ao enfatizarem determinadas características socioeconômicas e silenciarem outras experiências históricas, contribuíram para consolidar uma imagem relativamente homogênea de um espaço marcado, na realidade, por profundas diferenças e contradições. Desse modo, ao analisar o processo sócio-histórico de formação do Vale do Jequitinhonha, compreendemos a memória não apenas como um recurso para acessar experiências e conflitos sociais vivenciados pelas comunidades rurais, mas como uma dimensão das relações que constituem este território. Partir desse campo de análise permite compreender como as disputas pela terra, processos de expropriação e transformações econômicas, políticas e culturais são produzidos, transmitidos e ressignificados ao longo do

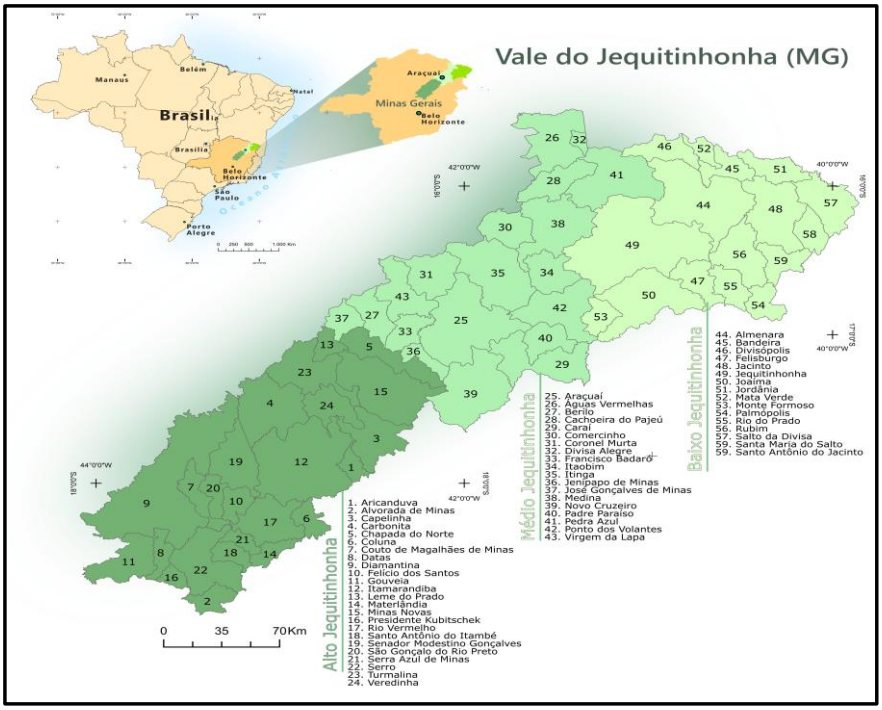
CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

tempo, contribuindo para a compreensão das relações de poder que atravessam a formulação de uma memória social da região.

Figura 1: Mapa do Vale do Jequitinhonha



Fonte: SPERANDIO, Diogo Gabriel. Mapa de localização do Vale do Jequitinhonha. 2025. Figshare: conference contribution. Disponível em: https://doi.org/10.6084/m9.figshare.30801650.v1. Acesso em: 15 out. 2026.

Entre os diversos dispositivos que participam desse processo, os meios de comunicação podem desempenhar um papel relevante na seleção de acontecimentos, na atribuição de sentidos e na circulação de representações sobre o passado. Cabe ressaltar que o jornal não produz, isoladamente, uma memória social, mas participa dos processos por meio dos quais determinadas lembranças, interpretações e representações do passado são compartilhadas, reconstruídas e reconhecidas pelos grupos sociais.

Na perspectiva de Pierre Nora (1993), os lugares de memória constituem suportes materiais, simbólicos e funcionais por meio dos quais determinadas experiências e representações do passado são preservadas e mobilizadas socialmente. Nesse sentido, o jornal pode ser compreendido como um suporte documental da memória, embora sua condição de lugar de memória não decorra

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

automaticamente da publicação ou do arquivamento das notícias, mas dos significados e usos sociais atribuídos a esses registros.

No caso da série *O progresso chegando ao Vale da Fome*, há indícios de que esse processo de ressignificação tenha ocorrido. Em 1978, a Igreja de Araçuaí, atendendo à solicitação de agentes da pastoral diocesana, republicou integralmente, em formato de livro, as reportagens veiculadas entre 28 de agosto e 4 de setembro de 1977. Conforme a apresentação dessa publicação, a iniciativa tinha como finalidade possibilitar que a população do Vale tomasse conhecimento de sua situação de abandono, desenvolvesse consciência de seus direitos e deveres e reconhecesse suas possibilidades de libertação.

Essa iniciativa demonstra a apropriação das narrativas jornalísticas por agentes religiosos, que passaram a mobilizá-las como instrumentos de conscientização e intervenção social. Assim, a republicação conferiu às reportagens uma nova função, para além do registro dos acontecimentos, permitindo considerar sua dimensão simbólica e política nos processos de preservação e circulação de memórias sobre os conflitos e as desigualdades no Vale do Jequitinhonha.

Assim, o arquivamento permite que a notícia ultrapasse as circunstâncias imediatas de sua produção, permanecendo disponível para novas leituras e usos sociais. Nesse movimento, o registro jornalístico pode adquirir sentidos distintos daqueles que orientaram sua elaboração original, passando a integrar disputas contemporâneas em torno da interpretação do passado.

Segundo André Bonsanto Dias (2014,p. 21):

> Como um importante “lugar de memória”, a imprensa foi – e ainda é – um palco crucial onde memórias se digladiam clamando por legitimidade ou aversão. Ao carregar determinadas lembranças, a imprensa assume um lado, mostra o que quer lembrar e “impede” aquilo que quer esquecer, forma sua identidade e reforça as coletivas.

Destacamos que essa identidade não é algo fixo, mas sim formada por tensões e conflitos entre o que é lembrado e o que é esquecido, sendo este esquecimento resultado, muitas vezes, de manipulações intencionais ou do silêncio sobre determinados fatos. Assim, o jornalismo constrói sua narrativa não apenas pelo que mostra, mas também pelo que omite.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

Conforme destacado por Ana Regina Rego (2014), o jornal é um autêntico lugar de memória, pois, a partir de novos olhares em um momento posterior a seu tempo de produção, passa a falar no tempo presente, sendo capaz de reunir os três elementos essenciais para a consolidação de um lugar mnemônico, destacados por Nora (1993): o material, o simbólico e o funcional.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o jornal O Estado de S. Paulo e a série de reportagens intitulada “O progresso chegando ao vale da fome (1977)”, funcionam como registros de uma memória escrita, pois cumprem uma função: divulgar os impactos do chamado progresso promovido pelo Estado a partir de entrevistas com os moradores da região. As reportagens, deste modo, possuem materialidade (textos, fotografias, a própria edição impressa) e carregam forte carga simbólica ao representar o Vale do Jequitinhonha como sinônimo de “pobreza” “atraso” e “fome”.

Nesse processo, a narrativa jornalística sinaliza uma contradição: ao mesmo tempo em que denuncia a precariedade da região e o papel do Estado no processo, também cristaliza uma imagem estigmatizada que tende a se perpetuar na memória coletiva. O Vale do Jequitinhonha, assim, deixa de ser apenas um espaço geográfico e passa a ocupar um lugar simbólico nos processos de rememoração, associado à pobreza e à exclusão.

A partir de 1960, os termos “Vale de fome” ou “Vale da miséria” são utilizados como referência a essa região que torna-se o foco de uma construção midiática e política, que trazem consigo a retórica conivente para a defesa da efetivação de empreendimentos agroindustriais. Embora o desenvolvimento do Vale estivesse previsto nesta política, projetos como a monocultura, gerou a migração campo-cidade e precarizou a vida de muitos agricultores com a grilagem de suas terras por grandes empresas que tiveram o apoio decisivo do Estado (Leite, 2015).

A expressão “Vale da Fome”, mobilizada pela narrativa jornalística, pode ser compreendida como uma construção simbólica que ultrapassa a descrição das condições materiais de pobreza, participando da produção de uma imagem social do Vale do Jequitinhonha. Ao sintetizar a região a partir da fome, da carência e do atraso, a expressão estabelece um parâmetro de interpretação do território em que

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

suas contradições históricas e a pluralidade das experiências sociais tendem a ser subordinadas a uma representação dominante. Configura-se, assim, uma oposição simbólica entre um território construído discursivamente como problema e os agentes apresentados como portadores de sua solução.

Cabe ressaltar que a representação do progresso na matéria não ocorre de maneira isenta de contradições. Ao introduzir ironicamente a ideia de um progresso que pertence ao "estranho que chega", a narrativa jornalística aponta o caráter desigual da modernização, cujos efeitos sobre as populações locais não correspondem necessariamente às promessas de desenvolvimento anunciadas. Para os camponeses e agregados, as transformações econômicas vinculadas à expansão dos empreendimentos na região implicaram impactos sobre as formas de trabalho, os modos de vida e as relações historicamente estabelecidas com a terra.

A matéria comporta, assim, uma tensão narrativa: ao mesmo tempo que assume um tom de denúncia das contradições do desenvolvimento e dos impactos sobre as populações rurais, contribui para reafirmar uma representação do Vale do Jequitinhonha como território da fome, da pobreza e do atraso. Essa questão é significativa para a análise da produção da memória social, pois revela que a crítica às desigualdades não implica necessariamente a ruptura com os esquemas simbólicos por meio dos quais a região é representada.

Porém, conforme destaca Jean Davallon (1999), para que algo se torne memória, é necessário que esse fato ou saber registrado escape da indiferença e conserve uma força que permita marcar e impressionar o presente. É essa capacidade de afetar, de fazer lembrar, que dá sentido ao termo "lembrança". Assim, o texto jornalístico, revisitado no tempo, atua não apenas como testemunho do passado, mas como espaço ativo de elaboração e atualização da memória.

3. Narrativas jornalísticas, conflitos e sujeitos locais

A memória do Vale do Jequitinhonha emerge como contraponto à narrativa oficial do progresso, denunciando as contradições de um modelo de desenvolvimento que, em vez de integrar, excluiu. O jornalista Ricardo Kotscho, na série publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 1977, sintetiza essa tensão ao

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

afirmar: “O progresso no Vale é só dos estranhos que chegam.” Ao lado do fotógrafo Solano José, Kotscho percorreu diversas cidades do Vale e registrou diversas histórias de vida de seus moradores. Seu trabalho deu visibilidade a uma realidade até então invisível aos olhos do país: lavradores despojados de suas terras, famílias empobrecidas e comunidades à margem de um projeto que se anunciava como a “redenção do Vale”.

Enquanto isso, no cenário político-econômico do período, marcado pela implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e pelos planos estaduais a modernização da agricultura tornou-se prioridade estratégica. A meta era ampliar a fronteira agrícola, inserir novas tecnologias e transformar o Brasil em potência exportadora. Contudo, as políticas de crédito e os incentivos concentraram-se nas mãos de grandes proprietários e empresas, aprofundando as desigualdades sociais e regionais. Os pequenos agricultores, como os do Vale do Jequitinhonha, ficaram à margem desse processo, vítimas de um modelo que não os via como sujeitos do desenvolvimento, mas como obstáculos silenciosos a serem superados. É a partir dessa memória camponesa, preservada nas narrativas orais, nas resistências cotidianas e nos registros jornalísticos, como os de Kotscho, que podemos perceber algumas faces ocultas desse desenvolvimentismo: exclusão, desapropriação e apagamento de modos de vida tradicionais.

Conforme destacado pelo Jornalista:

> Terminou a corrida para a Amazônia e uma outra começou, sem projetos de impacto, sem publicidade ou clareiras na floresta, sem muito alarde nos jornais: a ocupação do vale do Jequitinhonha, região mineira pobre e esquecida, onde um milhão de pessoas vivem, em 52 cidades ou vilas abandonadas, sem ajuda nenhuma, ou distribuídas por sertões distantes, em meio a doenças e à fome. Três anos atrás, ao fim de tantos projetos que morriam ao nascer, por falta de verbas, resolveu-se dar incentivos às empresas de reflorestamento, para desenvolver a região. Assustados, temendo que o governo lhes tomasse tudo, muitos dos lavradores venderam as terras. E começou o êxodo para os povoados, surgiram favelas e mais pobreza. (O Estado de São Paulo, 28/08/1977, p.28)

A reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 28 de agosto de 1977, denúncia os efeitos da política de ocupação do Vale do Jequitinhonha, retratando a região como um território pobre e esquecido, onde a “corrida” pelo desenvolvimento ocorria de forma silenciosa, sem publicidade ou projetos

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

consistentes, mas com consequências sociais profundas. Ao fazer referência à corrida para a Amazônia, o texto estabelece um paralelo entre as iniciativas governamentais naquele território e as ações empreendidas no Vale, evidenciando programas como o POLAMAZÔNIA.

Este projeto criado para promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, florestais e minerais na Amazônia Legal beneficiou prioritariamente o agronegócio, grandes latifundiários e empreendimentos de capital intensivo. Instituído pelo Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) incluía ações em agricultura, infraestrutura econômica e social, além de urbanização e apoio logístico, mas seus efeitos concretos favoreceram, sobretudo, a expansão da fronteira produtiva e a concentração fundiária.

Cabe destacar, que o território do Vale não pode ser reduzido à sua dimensão de carência material: ele é também construído pelas práticas sociais, culturais, históricas e afetivas de seus habitantes. Deste modo, a memória camponesa contemporânea ressignifica as imagens herdadas do passado, embora muitos reconheçam as dificuldades vividas e a precariedade, rejeitam a associação automática do Vale à pobreza e à marginalidade. A recusa de moradores em aceitar que o Vale seja lembrado apenas por suas privações, constitui um marco simbólico de resistência e de reinvenção do pertencimento, revelando outras dimensões do território: seus saberes, formas de solidariedade, cultura e história de luta.

Desse modo, a memória pode se diferenciar da evidência documental e essa diferenciação é fundamental para se compreender como os sujeitos constroem sentidos sobre o passado. A divergência entre memória e documentação revela, sobretudo, a natureza subjetiva, seletiva e dinâmica da memória, em contraste com o caráter mais estático, normativo e, muitas vezes, institucionalizado dos documentos (Bosi, 2023). Segundo Ecléa Bosi (2023), grande parte de nossas lembranças e ideias não é original, mas nasce da interação com os outros. Com o tempo, essas influências se entrelaçam à nossa trajetória, enriquecendo nossas vidas por meio de experiências e embates. Nesse processo, a memória coletiva se desenvolve, impulsionada principalmente pelos laços de convivência. Ela não

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

apenas agrega e unifica, mas também diferencia, corrige e reinterpreta os acontecimentos.

Com base nisso, selecionamos três relatos publicados no jornal, pertencentes aos senhores Valdemar Souza, Afonso Arinos de Campos Gandra e Manoel Teixeira dos Santos. Esses depoimentos explicita os impactos provocados pela implantação da monocultura de eucalipto e da mineração nos territórios rurais do Vale. A partir das entrevistas publicadas, observamos que os relatos pessoais desses três homens, dois proprietários rurais e um advogado, revelam não apenas experiências individuais, mas também a construção de uma memória coletiva situada no interior da classe social, cujas lembranças compartilhadas se estruturam a partir de vivências comuns e se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores (Bosi, 2022).

Conforme narrativa presente no jornal:

> Nunca se viu o agregado Antônio tão assustado: 14 tratores estavam perfilados no alto do morro, prontos para invadir a fazenda Acari-buraco e ele foi correndo avisar Valdemar Souza Santos. Valdemar 48 anos, 11 filhos, era funcionário público aposentado por invalidez, udenista para sempre, dono de uma incrível memória e daqueles 40 alqueires ameaçados. Isso aconteceu a 10 de fevereiro do ano passado [1976]. Valdemar estava em casa, atrás da igreja em forma de hexágono, no centro de Minas Novas. Fui lá sozinho, lembra ele: “levando duas espingardas. (…) Disseram que tudo aquilo era terra devoluta, que eu tinha de provar a posse, ou iam jogar os tratores em cima. Eu sempre cuidei daquilo, plantei, tinha que provar a posse? E aquele pessoal que ninguém nunca tinha visto por ali, podia invadir minha terra? Ai, o que eu podia fazer com duas espingardas e eles com 14 tratores? “Eles”, no caso era a Florestal Acesita S.A., uma subsidiária da Siderúrgica. (...) Em agosto seguinte, ele ganhou uma liminar de posse e um oficial de justiça ordenou que a Acesita retirasse as cercas e o eucalipto que já havia plantado. “Eu mesmo arranquei mais de 200 mudas com as minhas mãos. O senhor não acha que eu estava no meu direito? (...) (O Estado de São Paulo, 28/08/1977, p.29).

O relato apresentado pelo senhor Valdemar Souza Santos, descrito na matéria, evidencia a forma como os conflitos fundiários se intensificaram com a chegada das grandes empresas de capital ao campo. A invasão de suas terras por 14 tratores da Florestal Acesita S.A., subsidiária da Siderúrgica Acesita, ilustra o avanço violento da monocultura de eucalipto sobre áreas tradicionalmente ocupadas por pequenos e médios proprietários rurais. Valdemar, mesmo sendo um proprietário com título de suas terras, teve que enfrentar o desafio de provar sua titularidade

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

diante da alegação de que se tratava de terra devoluta. Cabe destacar que este argumento era recorrente nas estratégias de apropriação fundiárias utilizadas por grandes corporações.

Entre o uso da espingarda e judicialização, optou pela segunda opção: reunir documentos, inclusive registros paroquiais do século XIX. Porém, nem todos os produtores da região tinham condições financeiras de recorrer à justiça. Seu sucesso em obter uma liminar de posse e receber indenização negociada diretamente com a empresa teria sido uma exceção. A maioria dos lavradores, como destaca a própria matéria, teriam entregado suas terras sem resistência, muitas vezes por desconhecimento das normas legais, ausência de documentação formalizada e, sobretudo, pela falta de apoio do Estado, que se omitia diante do avanço das empresas sobre os territórios. Assim, a vulnerabilidade jurídica e a falta de mediação estatal teriam favorecido o avanço do capital privado, intensificando processos de expropriação e desestruturação de comunidades rurais.

> Afonso Arinos de Campos Gandra, acompanhado de outros dois advogados, segue apressado por uma rua poeirenta de Itamarandiba, meio dia de sol beirando o insuportável. Gandra é advogado de posseiros e presta seu depoimento no reservado de um bar. “Antes das companhias, Itamarandiba era um município pobre, mas independente. As feiras de sábado eram sempre cheias. Os mantimentos, toucinho, farinha, rapadura, a gente fazia e consumia aqui mesmo, não dependia de ninguém”. “Meu irmão Hildebrando era o prefeito quando as companhias chegaram em 74, e todo mundo pensou que elas seriam a salvação, trazendo boas perspectivas. Elas pagavam entre 50 a 300 cruzeiros o alqueire (48.400 mts quadrados). A gente esperava que viessem muitas companhias, mas a Acesita acabou comprando tudo. Hoje é dona de quase todo o município e não permite que outras companhias entrem!” “No início a companhia tinha uns mil empregados. Mas já despediram mais de 500, passada a fase de desmatamento e plantio. Os pequenos proprietários deixaram de ser proprietários e a depender da companhia. Passaram a ser chamados de TR trabalhador rural”. Mas, aí o equilíbrio já havia sido rompido, mudaram os hábitos, as pessoas se recusam a voltar à situação anterior. As aspirações aumentaram. Na medida que os ex-lavradores passaram a receber um salário mínimo fixo, mais horas extras, que as companhias sempre estimularam, começaram a sonhar com radiolas, gravadores, discos, eletrodomésticos. A cidade não conhecia crediário, de uma hora para outra estava vendendo tudo à prestação. Com as dispensas os TRs ficaram sem condições de pagar o que faltava e os comerciantes tiveram muitos prejuízos. (…) Quando a companhia veio pensávamos que fosse a redenção do Vale, o fim da miséria. Mas, nós continuamos da mesma forma ou pior”. (O Estado de São Paulo, 28/08/1977, p.29)

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

Com a chegada da empresa Acesita S.A, que adquiriu grande parte das terras do município, os pequenos produtores, antes independentes, foram transformados em trabalhadores rurais (TRs). A terra, base da produção local e da autonomia econômica, foi vendida por preços irrisórios e muitas vezes sem que o pequeno produtor pudesse ter a posse reconhecida. Assim como os camponeses ingleses, os lavradores do Vale foram expropriados por um processo apresentado como legal e modernizador, mas que na prática significou a perda da terra, da autonomia e da capacidade de reprodução de suas formas tradicionais de vida.

Além da expropriação, houve também, uma profunda mudança nos modos de vida e nas expectativas da população. A promessa de progresso, que associava a chegada da empresa ao fim da pobreza, estimulou o consumo e o crédito. Porém, após a fase inicial de desmatamento e plantio, centenas de trabalhadores foram dispensados. Sem terra e sem emprego, muitos se endividaram, e o comércio local entrou em crise. O que se anunciava como redenção acabou por acentuar a dependência econômica e a vulnerabilidade social.

Um dos aspectos mais significativos do depoimento de Gandra refere-se à lembrança de Itamarandiba antes da chegada das empresas de reflorestamento, em 1974. Ao afirmar que o município era “pobre, mas independente”, o advogado estabelece uma distinção entre a pobreza econômica e a autonomia das relações produtivas locais. A referência às feiras de sábado, à produção de mantimentos, toucinho, farinha e rapadura evidencia a existência de circuitos econômicos fundamentados na agricultura, no comércio local e no consumo de produtos produzidos na própria região. Essa lembrança é particularmente importante porque questiona a ideia de que o Vale do Jequitinhonha constituía um território economicamente inerte antes da implantação dos projetos desenvolvimentistas.

Embora marcado por limitações materiais, o município possuía formas próprias de organização econômica e social, que garantiam determinados níveis de autonomia às populações rurais. A reportagem preserva, portanto, vestígios de uma organização territorial anterior à expansão empresarial, possibilitando investigar formas de produção e reprodução social que foram alteradas pela introdução de novas atividades econômicas.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

A reportagem também apresenta a experiência de Manoel Teixeira dos Santos, de 65 anos, proprietário da Fazenda Santa Clara, que relata conflitos envolvendo os direitos de pesquisa mineral em suas terras e as atividades desenvolvidas pela empresa Arqueana.

> (…) Manoel Teixeira dos Santos, 65 anos, os cabelos todos brancos, agora mora sozinho, na Fazenda Santa Clara, 470 alqueires que herdou do pai, "só com gado e uma lavrazinha pouca". O alvará de pesquisa de Manoel caducou há uns dez anos e ele pediu a Kalil Afgoni - o proprietário de Arqueana, que lhe tirasse um novo. Mas Kalil disse que era melhor renovar o alvará em nome da minha mulher para não pagar multa e eu concordei. Uns dois anos depois fui a Teófilo Otoni e um amigo disse que leu no "Diário Oficial" que a lavra estava em nome de uma mulher, mas não da minha. Estava no nome da mulher do Kalil. (…) Manoel hoje, só sabe que não pode procurar mais minérios nem na sua própria terra, pois a lavra está em nome dos Afgoni. Mas não é só: “a Arqueana começou a fazer pesquisas na sua Fazenda e foi abrindo buracos nos pastos, por todo canto. Fazendo umas valetas grandes, umas trincheiras de um metro de largura e vão aprofundando até chegar na base branca Tem vez que afunda cinco metros no chão. “Nesses buracos já perdi três vacas e um bezerro. Teve uma vaca que morreu pendurada na trincheira.” (…) Agora sem condições de criar gado no seu próprio pasto, devido às trincheiras, ele teve que arrendar a manga (pasto) de um vizinho, pelo qual paga 50 cruzeiros por cabeça por mês. (O Estado de São Paulo, 28/08/1977, p.29)

Segundo o depoimento, após solicitar auxílio para renovar uma autorização de pesquisa, Manoel descobriu que a titularidade da atividade mineral havia sido registrada em nome da esposa do empresário responsável pela companhia. Ao recordar o episódio, afirmou: “Sou ignorante, não sei ler, não sei lhe dizer o que estava no contrato” (O Estado de S. Paulo, 1977, p. 29). A situação teria se agravado com a abertura de trincheiras para pesquisas minerais nas áreas de pastagem, provocando, conforme seu relato, a morte de animais e dificuldades para a continuidade da criação de gado. Diante dessas circunstâncias, Manoel expressou sua indignação com a atuação estatal: “Doutor, mas eu votei na Arena, fiz tudo para o governo. E o governo em vez de me ajudar, botou um aí para tomar o que é meu” (O Estado de S. Paulo, 1977, p. 29).

O testemunho de Manoel permite compreender como as transformações territoriais associadas à expansão das atividades empresariais foram vivenciadas por sujeitos locais. Sua narrativa evidencia uma experiência marcada pela percepção de perda de autonomia sobre os recursos existentes em sua propriedade e pela dificuldade de compreender e contestar os instrumentos legais mobilizados pela

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

empresa. Ao mencionar que não sabia ler o contrato, Manoel revela uma condição de vulnerabilidade diante de relações jurídicas e econômicas. Entretanto, essa declaração deve ser compreendida como parte de seu testemunho no jornal, não sendo suficiente, isoladamente, para comprovar a ocorrência de fraude ou a transferência da propriedade fundiária.

Outro elemento significativo é a referência à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. Ao recordar seu apoio político ao governo e confrontá-lo com a ausência de proteção que acreditava receber, Manoel expressa uma percepção de ruptura entre suas expectativas em relação ao Estado e a experiência concreta do conflito. A lembrança de sua vinculação política assume, assim, um significado particular na narrativa: o governo, anteriormente reconhecido como autoridade merecedora de apoio, passa a ser percebido como responsável por permitir a atuação empresarial que ameaçava suas condições de vida e produção.

A entrevista cedida pelo senhor Manoel Teixeira dos Santos, pode revelar, também, as profundas contradições do projeto desenvolvimentista brasileiro sob o regime militar, especialmente no que diz respeito à relação entre o Estado, o capital e os pequenos proprietários rurais. Manoel, um senhor de 65 anos, dono da Fazenda Santa Clara, vê-se aos poucos perdendo sua terra e sua dignidade. Sem instrução formal, incapaz de ler ou compreender os contratos que assinava, torna-se vítima de um golpe feito pelo empresário Kalil Afgoni.

A análise dos três episódios evidencia que a expansão das atividades empresariais no Vale do Jequitinhonha, durante a década de 1970, foi acompanhada por conflitos fundiários, transformações nas relações de trabalho e disputas pelo controle e pela utilização dos recursos naturais. Em um processo que remete, metaforicamente, à corrida ao “Velho Oeste”, a chegada das empresas de reflorestamento e mineração intensificou tensões entre os interesses do capital e as formas de ocupação e reprodução social das populações locais.

Nesse contexto, o Estado desempenhou papel fundamental ao promover políticas e discursos de desenvolvimento regional que apresentavam a modernização econômica como alternativa para a superação da pobreza e das vulnerabilidades sociais, legitimando a expansão dos empreendimentos privados (Ribeiro; Galizoni,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

2007). Entretanto, os testemunhos registrados pela reportagem revelam experiências que contrastavam com essas promessas, evidenciando resistências, perdas de autonomia e expectativas frustradas.

Ao reunir essas narrativas, o jornal não apenas denunciou as contradições do desenvolvimentismo, mas também selecionou sujeitos e experiências que passaram a compor um registro público dos conflitos territoriais. Assim, a documentação jornalística constitui uma fonte privilegiada para compreender tanto as transformações históricas vivenciadas no Vale do Jequitinhonha quanto os processos de seleção, preservação e circulação das memórias sociais sobre esse período.

Considerações finais

A análise das reportagens publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1977, permite compreender como a imprensa participou da produção e da circulação de memórias sobre as transformações socioeconômicas e territoriais ocorridas no Vale do Jequitinhonha durante a década de 1970. Ao registrar conflitos fundiários e transformações nas relações de trabalho e no uso da terra, o periódico evidenciou as contradições entre as promessas desenvolvimentistas e as experiências das populações rurais.

A relevância social e política dessas narrativas pode ser observada em sua republicação, em junho de 1978, pela Igreja de Araçuaí, por iniciativa de agentes pastorais, com o propósito de promover a conscientização das camadas populares sobre sua realidade e seus direitos. Essa apropriação evidencia como a documentação jornalística pôde adquirir novas funções políticas e educativas, contribuindo para a circulação de memórias sobre os conflitos e as desigualdades no Vale do Jequitinhonha.

Os episódios envolvendo Valdemar Souza Santos, Afonso Arinos de Campos Gandra e Manoel Teixeira dos Santos corroboram diferentes dimensões dessas transformações. Enquanto o primeiro caso destaca a resistência jurídica diante da ameaça de ocupação territorial, o depoimento de Gandra recupera lembranças sobre a autonomia produtiva local e a frustração das expectativas associadas à chegada

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

das empresas de reflorestamento. Já a experiência de Manoel revela conflitos relacionados aos direitos de pesquisa mineral, às condições de utilização da propriedade rural e à percepção de desamparo diante do Estado. Reunidos pela narrativa jornalística, esses testemunhos permitem identificar experiências distintas que, embora relacionadas a processos mais amplos de transformação regional, expressam posições sociais e formas particulares de interpretar os acontecimentos.

Entretanto, a visibilidade conferida a esses sujeitos não ocorreu de maneira homogênea. A presença do agregado Antônio, mencionado no episódio envolvendo Valdemar, e dos trabalhadores rurais referidos por Gandra evidencia os limites da documentação analisada. Embora diretamente relacionados aos acontecimentos narrados, esses sujeitos não tiveram suas experiências individualizadas ou registradas por meio de depoimentos próprios nos trechos examinados. Nesse sentido, a reportagem preservou determinadas trajetórias e interpretações, ao mesmo tempo que outras permaneceram pouco documentadas. Tal constatação reforça a necessidade de compreender a memória social como uma construção historicamente situada, atravessada por relações de poder, processos de seleção e silenciamentos, conforme permitem problematizar as reflexões de Michael Pollak (1989).

Percebemos também, uma contradição significativa na maneira como o Vale do Jequitinhonha foi apresentado pelo periódico. Ao denunciar os conflitos territoriais, a concentração fundiária e as consequências sociais da expansão empresarial, a série jornalística questionou os resultados do desenvolvimentismo e conferiu visibilidade a experiências que contrariavam as promessas oficiais de modernização. Contudo, essa perspectiva crítica foi construída por meio de uma narrativa que também mobilizava imagens da região associadas à fome, à pobreza, ao abandono e ao atraso. Dessa forma, a denúncia das desigualdades e dos conflitos coexistia com a reafirmação de representações historicamente utilizadas para caracterizar o Vale como espaço carente de intervenções modernizadoras.

Portanto, compreender as reportagens de 1977 como fontes históricas e de produção de memória, implica reconhecer simultaneamente seu potencial documental e os limites de sua produção. Em diálogo com as reflexões de Jacques

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

Le Goff sobre o caráter historicamente construído dos documentos e com a compreensão da memória como fenômeno social, a análise demonstra que os registros jornalísticos não apenas oferecem informações sobre acontecimentos passados, mas também expressam escolhas, perspectivas e relações de força próprias de seu contexto de elaboração.

Fontes

Igreja de Araçuaí. *O progresso chegando ao Vale da Fome*: série de reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha – Jornal O Estado de São Paulo, de 28/08/1977 a 04/09/1977. Araçuaí, MG: Igreja de Araçuaí, jun. 1978.

Kotscho, Ricardo. *O progresso chegando ao Vale da Fome*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 ago. a 4 set. 1977. Série de reportagens. Edição analisada: 28 ago. 1977, p. 28-29. Disponível em: https://www.estadao.com.br/acervo/. Acesso em: 10 out. 2026.

REFERÊNCIAS

Almeida, Clebson Souza de. *Território da água, território da vida*: Comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha. 2018. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2018. Master's thesis.

Balbino, Tomás de Faria. *Um olhar para o desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha a partir dos meios de vida das famílias rurais.* 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Planejamento e Território) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsj.edu.br/handle/123456789/396. Acesso em: 28 out. 2026.

Barros, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Vozes, 2023.

Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade:* Lembranças de velho. 20th ed., Companhia das Letras, 2023.

Bosi, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Ateliê Editorial, 2022.

Davallon, Jean. *"A imagem, uma arte da memória?"* O papel da memória, edited by Pierre Achard, Pontes, 1999.

Dias, André Bonsanto. *O presente da memória:* Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. 1st ed., Paco Editorial, 2014. E-book.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 24/09/2026 - **Accepted:** 25/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/q60rt146
Pages: 1-34

Furtado, Júnia. *A história do Vale do Jequitinhonha*. Cadernos do Leste, [S. l.], v. 8, n. 8, 2008. DOI: https://doi.org/10.29327/249218.8.8-3. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13086. Acesso em: 4 set. 2023.

Guerrero, Patrícia. *"Vale do Jequitinhonha:* A região e seus contrastes." Revista Discente Expressões Geográficas, no. 5, 2009, pp. 81–100.

Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva.* Translated by Antônio Fontoura, antoniofontoura, 2024. E-book.

Le Goff, Jacques. *Documento/monumento.* História e memória, translated by Bernardo Leitão et al., Editora da UNICAMP, 1990.

Leite, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha*: Da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Universidade de São Paulo, 2015. PhD dissertation. doi:10.11606/T.8.2015.tde-05082015-124614.

Rodrigues Martins, e.; Mékie Pereira, l. *O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha*. Revista Desenvolvimento Social, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 192–205, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/192. Acesso em: 4 set. 2023.

Nascimento, Elaine Cordeiro do. *Vale do Jequitinhonha*: Entre a carência social e a riqueza cultural. Contemporânea: Revista de Arte e Humanidades, no. 4, 2009, pp. 1–10. https://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf. Accessed 2 May 2025.

Nora, Pierre. *Entre memória e história*: A problemática dos lugares. Projeto História, vol. 10, 1993.

Rêgo, Ana Regina. *A ditadura militar no jornalismo*: Uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória." Revista Brasileira de História da Mídia, vol. 3, no. 2, 2014. http://www.unicentro.br/rbhm/ed06/dossie/02.pdf. Accessed 2 June 2025.

Ribeiro, Eduardo Magalhães, and Flávia Maria Galizoni. "*Quatro histórias de terras perdidas*: Modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais." Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, no. 2, 2007.

Servilha, Mateus de Moraes. *Quem precisa de região?* O espaço (dividido) em disputa. Consequência, 2015.

Viana, Nildo. *Memória e sociedade:* A luta pela rememoração. 1st ed., Edições Enfrentamento, 2020. E-book (Kindle).

CC BY